

A POLÊMICA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: UM PROJETO DE VANGUARDA DERROTADO POLITICAMENTE¹

THE CONTROVERSY NEW HISTORY OF BRAZIL: A VANGUARD DESIGN DEFEATED POLITICALLY

Vanessa Clemente Cardoso²

RESUMO: Este artigo investiga a coleção de livros didáticos destinados ao ensino secundário brasileiro *História Nova do Brasil* – publicada em março de 1964 pela Campanha de Assistência ao Estudante (Cases). A coleção foi concebida no seio acadêmico da Universidade Nacional de Filosofia do Brasil (FNFi), peculiarmente pelos alunos responsáveis pela edição do Boletim de História (BH) sob a orientação de Nelson Werneck Sodré, e envolveu diretamente as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A obra criticava a historiografia tradicional apresentada nos manuais escolares utilizados no Brasil e objetivava uma inovação no seu conteúdo. Exaltava a necessidade de reformas sociais – principalmente educacional – enquadrando-se no prospecto político que o País vivenciava durante o governo João Goulart; possuía uma dimensão política e foi objeto de luta. Com a instauração do regime militar, os volumes da *História Nova* foram queimados e proibidos e seus autores, alvos de perseguição.

Palavras-Chave: *História Nova do Brasil*. Livro didático. Ensino de História. Ditadura Militar.

ABSTRACT: This article investigates the collection of textbooks for Brazilian secondary education *New History of Brazil* – published in March 1964 by the Campaign Student Assistance (Cases). The collection was conceived within at the National University of Philosophy of Brazil (FNFi), peculiarly by the students responsible for publishing the Bulletin of History (BH) under the guidance of Nelson Werneck Sodré and directly involved the activities of the Institute for Brazilian Studies (ISEB). The book criticized the traditional historiography presented in textbooks used in Brazil and aimed an innovation in the content thereof. Extolled the need for social reforms – mainly educational ones – framing up on the political prospect that the country was experiencing during the Goulart government, had a political dimension and was the object of struggle. With the establishment of the military regime, the volumes were burnt and *New History* banned and their authors targets of persecution.

Keywords: *New History of Brazil*. Textbook. Teaching history. Military Dictatorship.

¹ Essas discussões integram a dissertação de mestrado da autora e tem o financiamento da CAPES.

² Doutoranda pela Universidade Federal de Goiás, possui mestrado (2013) e graduação em História-licenciatura (2010) pela mesma instituição.

Introdução

Durante as décadas de 1950 e 1960 havia uma inquietação por parte dos intelectuais e estudantes em relação ao ensino de História no Brasil baseado no modelo positivista, quadripartite, factual e de heróis formados pela elite nacional. Logo, a *História Nova do Brasil* foi um projeto de monografias que propôs uma nova abordagem no ensino visando à renovação e ampliação das perspectivas do estudo de História, apresentando uma função social.

O projeto foi elaborado no seio acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi da UB), em especial pelos alunos responsáveis pela edição do *Boletim de História*. Envolveva diretamente as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, e juntamente com o propósito isebiano de intervenção na sociedade brasileira, a *História Nova do Brasil* representava os anseios da FNFi da UB, com o propósito de exercer influência renovadora no ensino de História. Sua concretização como publicação deveu-se ao órgão do Ministério da Educação e Cultura³ (MEC), a Campanha de Assistência ao Estudante (Cases).

A Cases foi instituída por força do Decreto nº 43.031, de 13 de junho de 1958, tendo por finalidade, conforme o art. 2º, a “execução de amplo programa assistencial e cultural ao estudante, promovendo o seu bem-estar, o melhor uso de facilidades educacionais e o incentivo de sua cultura” (BRASIL, 1958, *apud* VIEIRA, 2011, p.2), e naquele momento tinha como diretor Roberto Pontual⁴, que fora estagiário do ISEB. Este sugeriu a “publicação de monografias que permitissem a renovação dos estudos de História no nível médio” (SODRÉ, 1986, p.121).

³ O ministro da Educação e Cultura era Paulo de Tarso, que ficou no cargo de 18 de junho de 1963 a 21 de outubro de 1963. Ele foi indiciado em vários inquéritos policial-militares (IPM) e questionado sobre a *História Nova do Brasil* (MENDONÇA, 2006, p. 334).

⁴ A nomeação de Roberto Pontual para a direção da Cases foi primordial para aproximá-la do ISEB, viabilizando a concretização do projeto *História Nova do Brasil*. Ressalta-se que Pontual foi estagiário do instituto em 1963.

Assim, no segundo semestre de 1963, Nelson Werneck Sodré, Joel Rufino dos Santos⁵, Maurício Martins de Mello⁶, Pedro de Alcântara Figueira⁷, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto⁸ e Rubem César Fernandes⁹ iniciaram a confecção das monografias da *História Nova do Brasil*:

A turma do ISEB (Pedro de Alcântara, Maurício, Rubem César, Pedro Celso e eu) inventou a História Nova na Praia do Leblon. Não havia o cinema novo e a bossa nova? Vendo o cair da tarde, imaginamos fazer a mesma coisa no front da História do Brasil. As condições eram propícias: tínhamos mestre Sodré para nos orientar, emprego público numa instituição respeitável, um Ministério da Educação ocupado por jovens da esquerda como nós [...] (SANTOS, 1993, p.16).

O projeto foi resultado, segundo seus autores, de uma "obra coletiva" em que se discutia o conteúdo a ser tratado em cada volume, estabelecia um roteiro com pontos e tópicos aos quais deveria ser dedicada maior atenção, uma cronologia e uma bibliografia. Escolhia-se um relator para a elaboração do texto provisório, que gradativamente seria modificado graças à contribuição de todos os autores. Cavalcanti Neto (1993, p. 52) informa que nenhuma linha foi publicada

⁵ Joel Rufino dos Santos, em 1959, começou a ler sistematicamente os livros de Nelson Werneck Sodré na Biblioteca Nacional, pelas manhãs, atraído pelos estudos históricos em função do autor, que considerava o papel da literatura na formação social. Foi quando, ao passar na frente da FNFi da UB, viu um anúncio dos vestibulares: " [...] vi que anunciavam os vestibulares, pensei no bom conselho de Plekhanov ('todo jovem comunista deve estudar História') e me inscrevi" (SANTOS, 2008, pp. 42-43). Aos 22 anos, cursava o penúltimo ano de História na Faculdade Nacional de Filosofia, era membro de direção de base do Partido Comunista Brasileiro e professor assistente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (SANTOS, 1993). Foi nesse momento que se tornou assistente de Nelson Werneck Sodré no instituto, juntamente com Pedro de Alcântara, Maurício Martins, Rubem César Fernandes e Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto.

⁶ Maurício Martins de Mello frequentou a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1961. Com a perseguição da *História Nova do Brasil*, exilou-se na Polônia por três anos, depois se fixou na Itália, em Milão, como pesquisador da Fundação G.G. Feltrinelli, participando da criação de duas instituições: Centro Studi Problemi Internazionali (CESPI) e o Archivio Storico del Movimento Operario Brasileiro (ASMOB). Retornou ao Brasil em 1980 e atualmente é professor-adjunto aposentado pela Faculdade de Letras da UFRJ.

⁷ Pedro de Alcântara Figueira iniciou sua carreira como professor no ISEB, lecionou na Universidade Estadual de São Paulo de Assis, local em que foi demitido em função da sua coautoria na *História Nova do Brasil*. Em 1993, foi professor da Universidade Federal de São Carlos.

⁸ Cavalcanti Neto foi o primeiro a ser convidado por Sodré para ser seu assistente nas aulas ministradas no ISEB, em 1963. Após o golpe militar, exilou-se na Bolívia e no Chile, e posteriormente foi para Varsóvia, onde em 1968 doutorou-se em Ciências Humanistas pela Universidade de Varsóvia. De 1975 a 1980, foi professor extraordinário no Departamento de História da Universidade de Lisboa e no Departamento de Sociologia da Washington University e professor de pós-graduação em História na Universidade Federal Fluminense.

⁹ Não há notícias de Rubem César Fernandes.

sem a revisão de Werneck Sodré, cabendo a este a função de coordenação do projeto:

[...] cada página é discutida e revista por todos os elementos do grupo e, portanto, de autoria e responsabilidade coletiva. Essa autoria sofre algumas variações, de volume a volume, com a inclusão de outros colaboradores, integrados no grupo ou não, trabalhando sistematicamente com o grupo ou apenas emprestando seu concurso na interpretação de determinada fase ou assunto [...] (SANTOS *et al.*, 1965a, p. X).

É importante destacar que posteriormente houve mais um colaborador na elaboração da coleção: o primeiro volume – “*Descobrimento do Brasil*” – foi escrito por Francisco Falcón, que havia sido aluno da FNFi de 1952 a 1955 (COSTA PINTO, 2006, p. 354), e auxiliar da professora Maria Yedda Linhares na cadeira de História Moderna e Contemporânea. Esta versão de obra coletiva concebida pelos autores pode ser questionada a partir dos depoimentos deles publicados em 1993 na coleção intitulada *Memória Brasileira*, lançada pelas Edições Loyola e pela Editora Giordano.

Em depoimento, Cavalcanti Neto referiu-se à coletividade da obra, indicando que havia partes relegadas a um ou outro autor: “como fidelidade a ela, guardo desde então o anonimato individual de ‘quem fez tal parte’. Sempre que perguntado, respondo invariavelmente que foi obra coletiva, o que corresponde à verdade” (1993, p. 64).

Rubem César Fernandes concordou com Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, demonstrando uma leve ironia em carta enviada no dia 6 de maio de 1993 a Cláudio Giordano: “gostei do texto do Pedro Celso e me sinto muito bem ‘representado’ por ele [...]. Na História Nova fizemos assim, assinávamos uns os textos dos outros, numa autoria coletiva meio promíscua” (FERNANDES, 1993, p. 67).

Pode-se afirmar que a *História Nova do Brasil* foi coletiva no sentido de nenhum dos autores assinar a autoria em uma ou outra monografia, uma vez que todos a assinaram como tendo escrito conjuntamente, mantendo em sigilo a especificidade de sua elaboração, característica que tornou a coleção inovadora e diferenciada em um período em que sempre eram apresentadas e consagradas

obras de autoria individual, ainda que seja questionável a coletividade da escrita textual de cada monografia.

O processo de elaboração das monografias começou no segundo semestre de 1963 – a atmosfera de dedicação era tão grande que os autores trabalhavam aos sábados, e às vezes até nos domingos pela manhã (CAVALCANTI NETO, 1993). Em março de 1964 foi publicada a primeira edição¹⁰ por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases), e foram distribuídos gratuitamente cinco mil exemplares dos primeiros volumes pelo correio, para todos os professores¹¹ de História registrados no Ministério (CAVALCANTI NETO, 1993).

Em poucas semanas, os autores receberam aproximadamente trezentas cartas de professores – uma delas negativa, de um autor de livro didático – e em diversas capitais do País surgiram editoriais e artigos contra a obra, o que ajudou a mitificá-la como “*best-seller* naquele março de 1964” (SANTOS, 2008, pp. 60-61). A coleção previa inicialmente dez volumes¹², dos quais apenas cinco foram publicados, uma vez que os livros tiveram sua edição suspensa assim que se instaurou o regime militar. No ano seguinte, a Editora Brasiliense republicaria os livros com uma proposta de seis volumes reagrupados, que seriam dispostos da seguinte forma:

A História Nova do Brasil compreenderá a edição de seis volumes:
no primeiro são apreciadas a Descoberta do Brasil, a Expansão

¹⁰ Refere-se à primeira edição, pois o projeto teve uma segunda edição, que não muda em absolutamente nada o conteúdo, apenas o fato de que a primeira foi publicada pelo MEC e a segunda por uma editora particular: a Editora Brasiliense, que tinha como proprietário Caio Prado Jr.

¹¹ Em entrevista concedida a Mendonça no dia 19 de maio de 1987, José Ênio Casalecchi – professor de História que recebeu as monografias e as utilizou em sala de aula – demonstrou a recepção das obras por parte dos professores: “Eu fui um daqueles que recebeu o envelope com as monografias e uma carta da História Nova; e depois acabei lendo e escrevi uma carta resposta, pedindo mais volumes. Tinha um grupo de professores saído da USP, que começou a dar aula em torno da HISTÓRIA NOVA. Se deu resultado eu não sei, porque isso não se sabia medir. Eu me lembro que teve um concurso que um amigo meu prestou em 66, para professor do Estado, e ele se preparou para a prova didática com a HISTÓRIA NOVA e foi aprovado. Havia um clima favorável [...]. A HISTÓRIA NOVA valeu pelo menos de aplicação – pois pouca gente aplicou – e mais pelo impacto por colocar a péssima qualidade dos livros didáticos da época e oferecer uma alternativa. [...]” (CASALECCHI, 1987, *apud* MENDONÇA, 1990, p. 33).

¹² Os volumes da primeira edição seguiam a seguinte ordem: *O descobrimento do Brasil, A sociedade do açúcar, As invasões holandesas, A expansão territorial, A decadência do regime colonial, A independência de 1822, Da Independência à República (evolução da economia brasileira), O sentido da Abolição, O advento da República e O significado do Florianismo*. Neste trabalho foi possível o acesso aos volumes I e IV da segunda edição, e aos volumes I, III, IV e VII da primeira edição.

Territorial, as Invasões Holandesas e a Sociedade do Açúcar; no segundo, a Mineração, a Independência de 1822 e a Crise da Regência; no terceiro, o Império; no quarto, a Abolição, o Advento da República e o Florianismo; no quinto, a República Oligárquica; e no sexto, a Revolução Brasileira (SANTOS *et al.*, 1965b, p. VIII).

Porém, só foram publicados os volumes de números um e quatro, porque dois meses após o lançamento da segunda edição os exemplares foram cassados e os números posteriores jamais foram editados. As monografias publicadas tiveram grande aceitação do público, que no Estado de São Paulo pagava dez mil cruzeiros¹³ para obter cada volume da obra e fazia filas de leitura quando esta não se encontrava para aquisição. Enquadravam-se neste aspecto os professores, sindicatos e grêmios estudantis, pois a proposta não se restringia apenas a textos escritos, mas também a palestras e cursos. Em atividade no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, os autores da coleção fizeram algumas conferências externas e o Departamento de História ministrou um curso de seis aulas no Sindicato dos Metalúrgicos (SODRÉ, 1986):

Em meados de 1963, o ISEB oferecera aos metalúrgicos, na sede do seu sindicato, em Mangueira, Rua Ana Nery, um curso de História do Brasil [...]. Werneck Sodré abriu e fechou o curso, seis aulas-conferências, deixando as intermediárias para seus jovens assistentes. O auditório despejava operários pelo ladrão [...]. Aquele era o *clima*, aqueles eram os *cenários*, aqueles éramos nós, os *jovens isebianos*. O conteúdo do último ISEB (1962-1964) foi a sua interação com o movimento de massas, percebido prontamente pelas forças golpistas. Essa interação se deu por diversos meios, não apenas o curso para os metalúrgicos e a *História Nova*. Tocávamos, porém, em dois pontos nevrálgicos da luta de classes: a organização dos trabalhadores e o conhecimento histórico (SANTOS, 2008, pp. 58-59, grifo do autor).

No dia 4 de fevereiro de 1964, o Ministério da Educação e Cultura baixou a Portaria nº 50, recomendando a utilização da *História Nova do Brasil* nas escolas:

¹³ A título de comparação de valores entre o preço de cada monografia da *História Nova do Brasil* (10.000,00 cruzeiros) e demais produtos vendidos no mesmo período, encontrou-se nos anúncios do jornal *Última Hora*, do dia 16 de março de 1964, nas páginas 5 e 6: uma mesa para televisão era vendida por 11.780,00 cruzeiros, um maiô de helanca superior por 5.980,00 cruzeiros, uma saia de lonita por 2.390,00 cruzeiros, um blusão de cambraia por 2.180,00 cruzeiros, um blusão de malha por 1.980,00 cruzeiros, um liquidificador Arno por 18.400,00 cruzeiros e um rádio Emerson 815 por 17.500,00 cruzeiros.

[...] as deficiências da historiografia no sentido de apresentar aos professores de grau médio um conjunto de informações sistemáticas que os habilite a melhor preparação de seus cursos, considerando que a coleção [...], ora editada [...], contribui com importantes subsídios para que tais deficiências sejam sanadas (BRASIL, 1964, *apud* GUIMARÃES; LEONZO 2003, p. 244).

Em 21 de fevereiro de 1964 seria publicado o Decreto nº 53.583, que dispunha que as obras editadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) figurassem “obrigatoriamente entre os títulos selecionados para integrar as bibliografias indicadas por estabelecimentos públicos e privados, nas diferentes disciplinas e séries, tanto do curso elementar, quanto do nível médio” (2003, p. 245). Esta medida auxiliava a chegada da *História Nova do Brasil* nas escolas, juntamente com a publicação e entrega gratuita dos volumes da primeira edição pela Campanha de Assistência ao Estudante.

1. As edições explicadas

Entre as edições primeira e segunda, os conteúdos das monografias mantiveram-se, mas ocorreu uma importante diferenciação na apresentação material das capas da coleção. As capas da primeira edição eram brancas, com um formato de 13x19 cm, e sua encadernação era colada. A parte superior das capas vinha com um símbolo gráfico, seguido abaixo, na cor preta e em letras finas, pelos nomes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Divisão de Educação Extra-Escolar e da Campanha de Assistência ao Estudante (Cases). Na parte inferior, em letras grossas e pretas, vinha o título da monografia seguido, em letras finas e pretas, do nome da coleção e do número do volume. O volume I da 1.^a edição apresentava detalhes em azul; o volume III, detalhes em verde; o volume IV, detalhes em vermelho, e o volume VII apresentava detalhes alaranjados, conforme as figuras 1, 2, 3 e 4, a seguir:

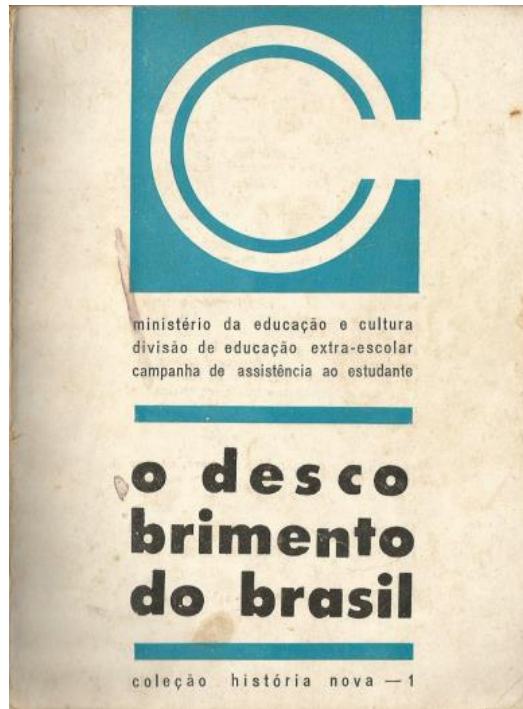


Figura 1 – Capa da 1ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁴

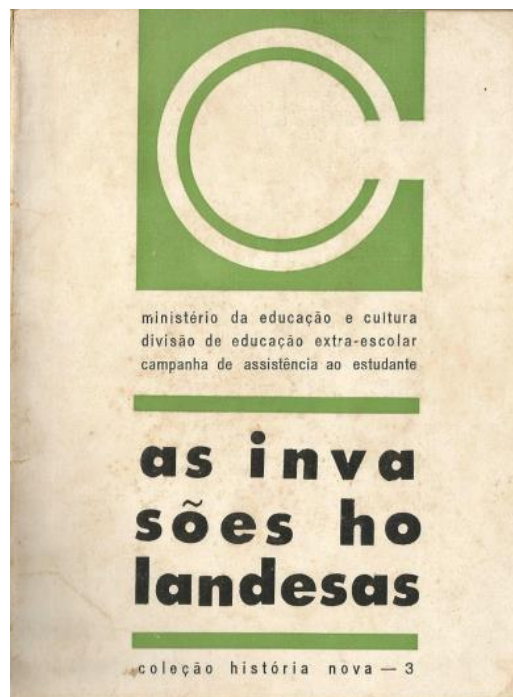


Figura 2 – Capa da 1ª ed. do volume III da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁵

¹⁴ Publicado pela Cases em 1964, no formato 13x19 cm, com 94 páginas. Autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré.

¹⁵ Publicado pela Cases em 1964, no formato 13x19 cm, com 79 páginas. Autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré.

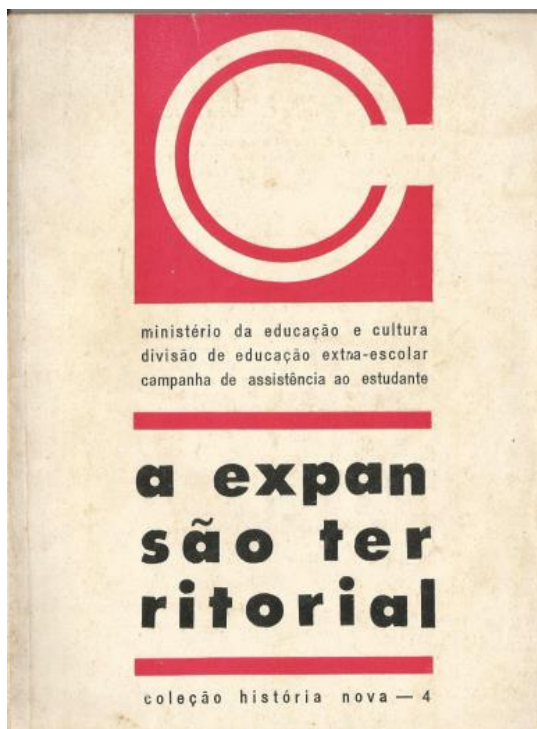


Figura 3 – Capa da 1ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁶

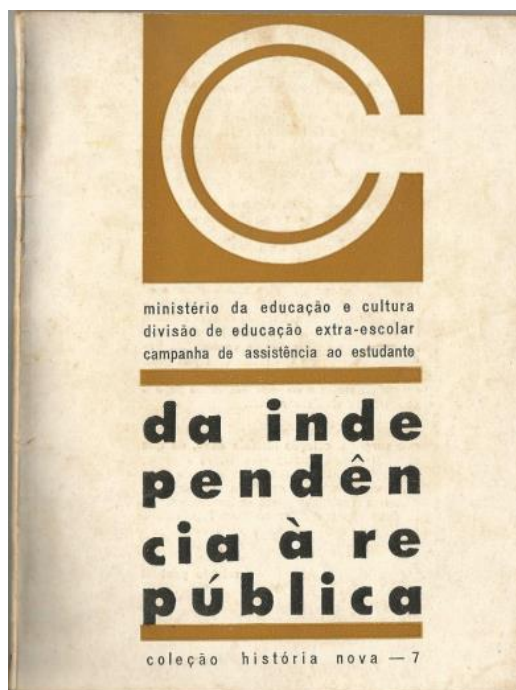


Figura 4 – Capa da 1ª ed. do volume VII da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁷

¹⁶ Capa da 1ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*.

Publicado pela Cases, em 1964, no formato 13x19 cm, com 78 páginas. Autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré

¹⁷ Publicado pela Cases em 1964, no formato 13x19 cm, com 75 páginas. Autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré

As capas da segunda edição apresentavam o formato de 14x21 cm, contendo imagens. O volume I trazia a imagem de um engenho de cana-de-açúcar, com sete escravos. A capa apresentava-se nas cores azul, verde e amarela, alinhadas na horizontal. Na parte superior vinha escrito "História Nova do Brasil" em letras pretas e grossas e abaixo, os títulos das monografias reagrupadas no volume, e ao seu lado direito o número do volume, conforme a figura 5, a seguir:

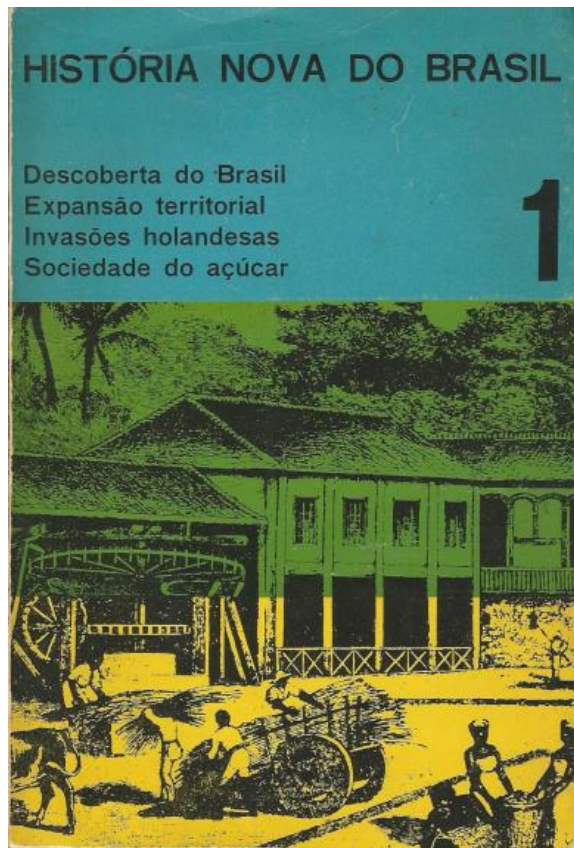


Figura 5 – Capa da 2ª ed. do volume I da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁸

O volume IV também se apresentava nas cores azul, verde e amarela em uma imagem rural, com uma construção ao fundo e quatro pessoas. Na parte superior vinha escrito "História Nova do Brasil" em letras pretas e grossas e abaixo, os títulos das monografias reagrupadas no volume, e ao seu lado direito o número do volume. Não há nenhum documento, texto ou depoimento dos autores que

¹⁸ Volume com as monografias reagrupadas contendo "Descoberta do Brasil", "Expansão territorial", "Invasões holandesas" e "Sociedade do açúcar". De autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 209 páginas.

explique a utilização, na segunda edição, das cores da bandeira nacional, conforme a figura 6, a seguir

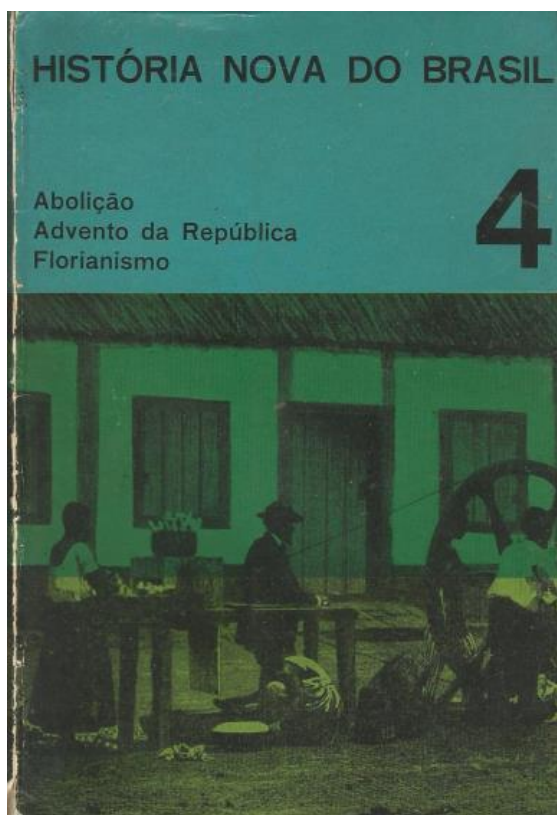


Figura 6 – Capa da 2ª ed. do volume IV da coleção *História Nova do Brasil*.¹⁹

O volume VII da primeira edição²⁰ continha 75 páginas compostas por prefácio, índice, introdução geral, seguida do conteúdo dividido em seis itens. O livro abordava o processo de Independência, a crise da Regência, o domínio da lavoura de café, o latifúndio e o capital estrangeiro contra a indústria nacional, a evolução do trabalho: os elementos de transformação. Neste item, Mauá é apresentado como o pioneiro da industrialização, que teve de enfrentar as alianças entre o latifúndio e o capital estrangeiro.

O volume I da segunda edição, publicado em 1965, continha 209 páginas compostas por índice, prefácio e quatro temáticas. O livro abordava o

¹⁹ Volume com as monografias reagrupadas contendo “Abolição”, “Advento da República” e “Florianismo”, de autoria de Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Rubem César Fernandes e Nelson Werneck Sodré, publicado pela Brasiliense em 1965, no formato 14x21 cm, com 159 páginas.

²⁰ Optou-se por colocar os elementos do volume VII da primeira edição, uma vez que a segunda edição publicada pela Editora Brasiliense não trouxe esta monografia reagrupada entre as demais publicadas anteriormente. A segunda edição da *História Nova do Brasil*, que contém os volumes reagrupados, não alterou o conteúdo das demais monografias.

Descobrimiento do Brasil, a sociedade do açúcar, as invasões holandesas e a expansão territorial. Já o volume IV da segunda edição, publicado em 1965, continha 159 páginas compostas por índice, prefácio, introdução geral e três temáticas. O livro abordava a Abolição, o advento da República e o significado do florianismo.

As periodizações apresentadas nos volumes eram peculiares, uma vez que as monografias eram temáticas e é justamente por intermédio desse recorte temático que se pode perceber aquilo que os autores escolheram para recuperar da História do Brasil: uma seleção consciente do passado e objeto de projeção, na qual é possível identificar a nação imaginada pelos autores (ANDERSON, 2008).

A *História Nova do Brasil* não enfatizava a didática da História, e sim o conteúdo – uma proposta de reconfiguração dos livros didáticos existentes. A concepção de didática da História que se percebe na *História Nova do Brasil* é relacionada aos métodos a ser utilizados no ensino da disciplina, uma adaptação ao contexto escolar do conhecimento acadêmico (CARDOSO, 2008). É um conjunto de procedimentos para transmissão de conhecimentos da academia para a escola; resume-se na aprendizagem da História no campo escolar²¹. Os autores da *História Nova do Brasil* não tinham este tipo de concepção, o que se percebe é uma didática da História como método de ensino-aprendizagem nas escolas, aplicado pelo professor, isto é, o ensino do conhecimento histórico em sala de aula.

A coleção constituiu-se numa inovação teórica na medida em que trouxe uma historiografia destinada às salas de aula, de enfoque econômico, e foi peculiar ao fato de ter autores formados ou estudando especificamente História, pois até o final da década de 1980, muitos autores de livros didáticos no Brasil não tinham formação específica na área; então, o itinerário profissional e intelectual de todos os autores estava diretamente ligado à atividade docente (GATTI JÚNIOR, 2004).

No que diz respeito à confecção textual, a escrita utilizada nos volumes era próxima da acadêmica, repleta de conceitos marxistas, pouco acessível ao público-alvo (professores e alunos). Apresentava vários erros de digitação, o que pode

²¹ Diferentemente da concepção de *Didática da História* utilizada atualmente por dezenas de autores alemães, a exemplo de Jörn Rüsen, em que a *Geschichtsdidaktik* – surgida em oposição às definições da Didática como arte de ensinar – não se resume apenas ao ensino-aprendizagem da História no ambiente escolar, no qual se estudam “todas as expressões da cultura e da consciência histórica dentro e fora da escola”, ou seja, para além do ambiente escolar (CARDOSO, 2008, p. 165).

indicar uma pressa na escrita e publicação, e um marxismo vulgarizado. Inexistiam imagens, boxes, mapas, glossário ou atividades programadas; inexistia ficha de catalogação do livro, que não era uma prática utilizada e presente como nos livros atuais; o tipo do papel era simples, e em suas referências bibliográficas constavam Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Joaquim Ribeiro, Francisco Adolfo Varnhagen, José Honório Rodrigues, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Oliveira Viana, Astrojildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

O prefácio de todas as edições da *História Nova do Brasil* era o mesmo. Nele, os autores destacavam a existência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como condicionante para a sistematização de suas atividades, que resultaram na obra. É possível notar na coleção as inquietações debatidas no instituto acerca do desenvolvimento nacional.

O prefácio da segunda edição alterava-se apenas no sentido de os autores relatarem a perseguição à primeira edição, momento em que questionaram a utilização da instauração de IPM (Inquérito Policial Militar) para a discussão de problemas científicos, visto que o projeto sofreu perseguição como exemplo de subversão e corrupção. Ainda ressaltavam que se o objetivo deles fosse lucrar materialmente com as edições, não teriam feito a primeira edição por intermédio de um órgão público.

Na introdução geral das duas edições, afirmava-se que as monografias se inseriam no contexto das reformas por que lutava o País, e por acreditarem seus autores que a ordenação consagrada nos livros didáticos era inadequada e falsa, na qual o passado não apresentava relação com o presente, o Brasil não tinha nada a ver com o mundo e o enfoque meramente político impedia o “arrolamento de camadas e ações decisivas de nosso povo” (SANTOS *et al.*, 1965a, p. XIII). Para isto, propunham uma reformulação do ensino de História no Brasil, pretendendo corrigi-lo por meio de dois principais aspectos:

- (1) Alargando o campo de estudo da nossa História:
 - a) verticalmente: fazendo ingressar nele a sociedade, a economia e a cultura. Na maioria dos livros só cabem as grandes figuras; é preciso fazer aparecer o nosso povo;
 - b) horizontalmente: fazendo ingressar nele os fatores condicionantes, às vezes determinantes, de ordem mundial. Para nós, não é possível explicar a História do Brasil sem inseri-la no

quadro da História Moderna e Contemporânea; o Brasil, desde o seu aparecimento até hoje, está ligado aos interesses mundiais.

(2) Estendendo a compreensão da História até o presente.

Em nossa opinião, a História não é uma diversão; sua função social está justamente no fato de que lhe cabe explicar o presente. Mostrar o nexos passado-presente, sobretudo em nosso País, onde muita coisa estacionou, não só é necessário como é a única forma de estudar História. A História não existe para servir de fuga ao mundo. A nosso ver, é preciso ensinar sempre que o que vem depois se explica pelo que vem antes e vice-versa. É a lição da continuidade histórica (SANTOS *et al.*, 1965a, p. XIII).

Criticavam a História oficial ensinada nas escolas e elegiam o povo como personagem central da História do Brasil, dando a ele a função de desempenhar o nacionalismo e promover o desenvolvimento de que o País precisava para deixar a sua condição de subalternidade e superar as barreiras do imperialismo. Porém, era preciso que o povo conhecesse o processo histórico brasileiro, para que este servisse como "elemento propulsor do engajamento na modificação da realidade" (LOURENÇO, 2008, p. 393), e a forma em que o ensino vinha sendo transmitido não permitia ao povo o desempenho do seu papel dentro da sociedade. Os autores sugeriam uma função social para a História.

Na aceção dos autores, toda a abundância de mitos, preconceitos e enganos na consciência do povo brasileiro teria sido um legado da formação colonial brasileira, de um País dependente politicamente, e acima de tudo economicamente, que incapacitou a explicação científica do passado, forçando uma saída pelos estereótipos e pelo engano. O povo brasileiro sempre esteve muito bem informado do que ocorria na metrópole, mas desconhecia a própria casa (SANTOS *et al.*, 1965a).

Os autores da *História Nova do Brasil* consideravam grave a situação dos compêndios e mencionavam que ao analisarem detidamente os existentes nas principais livrarias à disposição de alunos e mestres²², tanto em nível ginásial como colegial, encontraram erros e simplificações grosseiras, valorizando narrativas em torno de personagens, recheados de nomes e fatos com leituras eurocêntricas, deixando para o fim os fatores de ordem social e econômica (SANTOS *et al.*, 1965a), enfoques errôneos e omissões que reduziam os fatos a "imagens sedições

²² Entre os compêndios analisados pelos autores está "*História do Brasil Colonial*", do professor catedrático da cadeira de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Hélio Vianna.

e estereotipadas”, com concepções simplistas e distantes da realidade histórica. Neste sentido, declaravam que o que lhes interessava eram as transformações da sociedade ao longo do tempo, as forças atuantes neste processo e a sua análise, e não fatos únicos e isolados (SANTOS *et al.*, 1965a), como era abordada a literatura didática da época.

Deste modo, a *História Nova do Brasil* propunha, além dos questionamentos a respeito dos livros didáticos, um novo conteúdo, embora a didática – recursos e técnicas utilizadas pelos professores para ensinar o conteúdo – não fosse objeto de análise dos autores.

Se a memória histórica construída pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi um elogio à colonização, a construção que vinha sendo elaborada pela *História Nova do Brasil* seria o oposto. Opunha-se à nação imaginada pelo IHGB, pois que a coleção didática estava intrinsecamente ligada à nação imaginada do ISEB.

Para os autores da coleção, na década de 1960, em razão do momento político que o País vivenciava, haveria maiores condições para enfrentar o sistema colonial, mas para enfrentá-lo era preciso conhecer as lutas que o Brasil vinha enfrentando durante a sua História e que estavam possibilitando, no momento atual, as reformas sociais por eles almejadas: “E porque temos hoje condições para a reforma desse sistema, temos mais lucidez. Mas a nossa lucidez será tanto maior quanto mais estudarmos as lutas que, umas após outras, vieram em progresso, acumulando a energia reformista que possuímos hoje” (SANTOS *et al.*, 1965b, p.158).

Por isso há a necessidade de alteração do conteúdo da disciplina de História, pois o conteúdo que se tinha até então defendia o colonialismo, o latifúndio, o senhor de escravos e de servos, o imperialismo americano e as indústrias estrangeiras; esta era a nação que os livros didáticos de História há décadas vinham construindo nos bancos escolares, legado da historiografia oficial.

Seria uma luta entre aqueles que apoiavam as reformas da estrutura econômica brasileira por meio das “reformas de base”, que integravam o plano de governo de João Goulart contra os defensores que se vinculavam “às vantagens e privilégios de uma estrutura feudal muito mais atrasada, aliados aos seus beneficiários naturais, os monopólios estrangeiros” (SANTOS *et al.*, 1965b, p.56).

Destacavam a necessidade de renovação dos conteúdos dos manuais escolares, apresentando a História de luta das “forças progressistas e democráticas”, uma nova História que iria concluir uma nação desenvolvida, anti-imperialista, antilatifundiária e com uma indústria nacional. Na *História Nova do Brasil* para libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio seria preciso realizar a *Revolução Brasileira*.

2. Posicionamentos

Assim, a *Revolução Brasileira* se colocava como um problema nacional, seria o processo de desenvolvimento que alteraria toda a vida do País e repercutiria em todos os setores, seria a transformação de uma estrutura econômica colonial para uma estrutura econômica nacional. É justamente isto que a *História Nova do Brasil* propõe em cada monografia. As reformas sociais seriam o meio principal para fazer o Brasil avançar, a sua conquista significaria a vitória sobre o imperialismo, significaria também a emancipação nacional e o desenvolvimento do País.

Posto isso, sugeria-se a reforma no âmbito educacional, em específico do conteúdo da disciplina de História. O livro seria um dos objetos de luta, de divulgação de ideias – possibilitava que diversas pessoas de distintos lugares, por meio de sua leitura, viessem simultaneamente a imaginar a nação e principalmente lutar pela nação que era defendida por seus autores. O uso do livro didático, associado a palestras, seria um instrumento que possibilitaria aos vários alunos, em seus respectivos bancos escolares, em diversas partes do Brasil, imaginarem e aspirarem a uma nação que lutava contra o imperialismo, em prol da industrialização brasileira.

A *História Nova do Brasil* possuía uma dimensão política, pois reivindicava reformas no âmbito educacional, defendia a reforma agrária, criticava o latifúndio e a dependência econômica externa brasileira. Esta dimensão foi captada pelos setores conservadores da sociedade brasileira, incomodando-lhes a possibilidade de concretização de uma reforma de base popular, e a probabilidade de exemplo para propostas futuras (MENDONÇA, 2008, p.341), identificando assim o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a *História Nova do Brasil* como centros de

atuação de comunistas, como expressões do perigo ideológico de um governo de esquerda. Iniciou-se o período de perseguição, o ISEB foi invadido e depredado, e instaurou-se o Inquérito Policial Militar que chegou a atingir o número expressivo de 30 volumes (cada um contendo aproximadamente 1.000 páginas).

A atividade intelectual, no contexto da ditadura militar, passou a ser definida pelos inquéritos, que se igualavam aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Pareceres desfavoráveis à *História Nova do Brasil*, oriundos da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), do Estado-Maior do Exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com os editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*, *Revista Manchete* expressavam o perigo de um governo de esquerda.

A *História Nova do Brasil* foi recolhida, em alguns lugares queimada em praça pública, e a partir de 1965 foi proibida a sua venda. Alguns dos autores do projeto foram presos, outros exilados, sequestrados, humilhados, perderam os seus empregos e o direito de exercer suas profissões. Nunca, na História do Brasil, a confecção de livros didáticos havia provocado tantas represálias a seus autores.

O primeiro grande setor de oposição à coleção foi a imprensa. O jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou cinco editoriais difamando a publicação, publicados nos dias 3, 4, 7, 11 e 14 de março de 1964. No dia seguinte ao seu lançamento, o primeiro editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* criticava a publicação:

Com grande alarde o governo acaba de introduzir nos ginásios e colégios de todo o Brasil a "História Nova" de nossa Pátria, coleção de brochuras encomendadas aos escribas da "nova classe" comuno-peleguista [...] e ela apenas mereceria o aplauso dos que desejam dar aos estudantes brasileiros livros baratos capazes de permitir uma visão correta do processo de nossa formação histórica [...]. Infelizmente o objetivo da "História Nova", que o Sr Nelson Werneck Sodré e outros escreveram para o Ministério da Educação, é bem outro; não se trata de dar continuidade ao esforço de nossos maiores em prol da Liberdade e da Igualdade [...]. É uma História anti-História, a que estes corifeus do nacional-comunismo brasileiro pretendem apresentar [...]. A "História Nova" é enquanto proposição metodológica, velha de um século – o que é grave para quem pretende inovar. E enquanto exposição, não se afasta de uma vulgarização da História Econômica [...] (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, "A nova História 1", 3 de março, p. 3).

Os autores eram acusados de produzir uma História ideológica e uma falsa inovação, ultrapassada em um século, na medida em que Saint Simon, no século

XIX, já teria afirmado que “era chegado o tempo de escrever uma História em que se preocupasse mais com os fatos coletivos do que com as ações dos grandes homens”; assim, acusados de copiar um intelectual europeu, os autores seriam incoerentes em sua autenticidade nacionalista. Seria ainda uma História sem futuro, pois o passado não tinha nenhum valor para o presente e o futuro não era considerado como decorrência do presente, uma História em que os homens pouco valiam.

No segundo editorial desse jornal, do dia 4 de março de 1964, na página 3, nota-se a crítica ao uso obrigatório da obra e a desvalorização da História tradicional:

A simplificação assume na “História Nova” aspectos verdadeiramente calamitosos, tendo-se em conta o caráter obrigatório do uso da obra e o público ao qual se dirige [...]. Os autores da História nova não se aperceberam do erro de tudo interpretar à luz de um marxismo que se transformou em economismo vulgar, nem do perigo de estar criando, com seu insistente desprezo por tudo que é História tradicional, numa atitude não simpática pelos alunos, pelos livros em que se narre, singelamente, o dia em que foi proclamada a República, ou em que se deu a Revolução de 1930. Investem como cavaleiros andantes contra os compêndios e manuais “cheios de erros e simplificações grosseiras”, mas nada põem no seu lugar – a menos que uma externa e presamente erudita interpretação dos fatos substitua com vantagem o conhecimento deles próprios [...]. A História Pátria faz-se assim sem menção aos fatos que todos os brasileiros deveriam saber. (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 2”, 4 de março, p. 3).

A obra era acusada de apresentar a História simplificada, além de criticar a História tradicional, representada pela historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Logo, criticá-la era opor-se a autores consagrados, à perspectiva histórica que evidenciava os heróis nacionais, à História “mestra da vida”, à herança francesa que colocava o Brasil no patamar das nações civilizadas. O tratamento linear concedido à interpretação histórica, à continuidade entre Brasil e Portugal, chocava-se com os interesses da classe dominante. Se a *História Nova do Brasil* não mencionava o que era primordial para a História do Brasil, o editorial do dia 7 de março mencionava qual seria a sua utilidade:

[...] ela é a demonstração de um momento que no Brasil tudo virou ‘Ciência’ e em que a Ciência, por excelência, longe de ser a Filosofia

Positivista que informou seguramente os professores do Sr. Nelson Werneck Sodré na Academia Militar, é um economismo vulgar, em que tudo tem de estar relacionado com a economia sob pena de não ser científico e estar a serviço da ideologia do colonialismo [...]. O que pretendemos ressaltar – e nesta posição temos certeza de sermos mais modestos que os “bossa-nova” da História do Brasil – é o risco que correrá novas gerações a quem o Estado entrega a preço ínfimo uma “História Nova” chancelada pelo Ministério da Educação, a qual prima sobretudo pela estreiteza da interpretação (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 3”, 7 de março, p. 3).

No dia 7 de março, conforme Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (2006), o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava outro parecer desfavorável, questionando a destinação de verbas públicas à obra, pois ela foi publicada pelo Ministério da Educação, além de desqualificar os autores da coleção, deslegitimando também a cientificidade e qualidade da obra:

O Governo gasta o nosso rico dinheiro, ou nosso pobre dinheiro, em coisas como esta (História Nova) que tenho adiante de mim. E note bem, leitor, que a coisa que me refiro não é inútil. Não. É nociva. Não creio que chegue a plasmar uma nova alma brasileira como pretendem os seus autores, nenhum dos quais conheço com o nome de historiador; mas pode fazer mal a muito moço despreparado, a muito rapaz ressentido, a muita moça freira e sem namorado (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, *apud* MENDONÇA, 2006, p. 336).

O jornal tentava incessantemente não deixar margem de dúvida quanto à qualidade duvidosa da obra, utilizando termos pejorativos para desqualificá-la, e como se não bastasse, de inútil a obra viria a ser nociva. É importante ressaltar que ao criticar o conteúdo da obra didática – *História Nova do Brasil* –, destinada à sala de aula e ao ensino de História, concebe-se o uso do livro em sala de aula excluindo a responsabilidade do professor em instruir o seu uso, concebe-se também o leitor do livro como sujeito passivo, e o seu uso como uma prática de mão única. Desconsidera-se que o fato de o leitor ter liberdade para fazer a sua leitura do livro e o seu uso em sala de aula ser de responsabilidade do professor.

No dia 15 de março de 1964, na página 12, *O Estado de S. Paulo* noticiava a disponibilização para venda nas livrarias do Rio de Janeiro, de cinco das dez monografias que compunham a coleção *História Nova do Brasil*, pelo preço de 150

cruzeiros²³ cada unidade. Publicava, juntamente com a notícia, um depoimento sobre a coleção, de Eremildo Viana, professor e ex-diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, intitulado “*Obra de primários*”:

Foram editados com dinheiro do povo, para confundir o pensamento dos jovens brasileiros. Se era pensamento das autoridades federais destinar o livro somente a professores, sua elaboração não deveria ser entregue a alunos e professores mal saídos dos bancos das faculdades, sem as condições necessárias para produzir um estudo sobre a História do Brasil, acrescentou o professor Eremildo Vianna. Informa-se, ainda, que um dos autores da História nova, o estudante Joel Rufino dos Santos, foi reprovado em História da Idade Média, na Faculdade Nacional de Filosofia (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “Obra de primários”, 15 de março, p.12).

Novamente questionava-se o uso de verba pública, e desqualificavam-se pessoalmente os autores, com a informação, por exemplo, de que um deles havia sido reprovado em uma disciplina na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Atendendo a um apelo de 10 de março de 1964, da Diretoria Central da Liga da Defesa Nacional, o IHGB – centenária instituição responsável pela primeira institucionalização da memória nacional, uma memória que a *História Nova do Brasil* pretendia superar – com o aval do Ministério da Educação e Cultura (MEC), publicou um parecer no final de maio e aprovado no início de abril de 1964, tendo por relator Américo Jacobina Lacombe e assinado por Wanderley Pinho, Marcos Carneiro de Mendonça e Herbert Canabarro Reichardt.

Assim, travou-se um duelo entre duas historiografias: a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a dos autores da *História Nova do Brasil*. Os censores do instituto vetavam a intenção dos autores da obra em intervir na memória nacional por meio de livros didáticos. Posteriormente, o parecer seria utilizado como documento de acusação contra os autores da edição nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) do ISEB e da *História Nova*, definida como obra conspiratória.

Lacombe iniciou o parecer desqualificando a validade científica da obra, declarando que a *História Nova do Brasil* era apontada por seus autores como obra

²³ Cada unidade da primeira edição foi vendida a 150 cruzeiros, enquanto cada unidade da segunda edição foi vendida a 10 mil cruzeiros.

coletiva, mas que na sua acepção apenas o general Nelson Werneck Sodré teria uma obra ponderável, porém os demais autores eram apenas alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Em seguida atacava a organização, publicação e distribuição da coleção por meio de órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC); e complementava afirmando que a obra teria sido patrocinada pelo Decreto do governo federal n.º 53.583, de 21 de fevereiro de 1964 (D.O. de 24 de fevereiro de 1964), que dispunha no art. 2.º que os livros didáticos editados pelo MEC seriam *obrigatoriamente* adotados pelos estabelecimentos de ensino (LACOMBE, 1964, grifo do autor).

Lacombe relatava que o objetivo dos autores das monografias era “elevar e aperfeiçoar didaticamente” os compêndios brasileiros, porém ele seguia afirmando que o projeto estava “longe de alcançar tão alto objetivo”, uma vez que apresentava teses com “parcialismo flagrante na interpretação dos fatos”, cometendo “engano e deturpações imperdoáveis da parte de quem se propõe a corrigir e emendar mestres consagrados” afiliados ao instituto (1964, p. 285).

Continuava afirmando que o parcialismo com que os autores encaravam todos os fatos derivava da “aceitação primária das teses marxistas, ainda que não mencionem nunca expressamente os seus grandes doutrinadores”, no qual as premissas do materialismo histórico eram dadas como aceitas, como se fosse um “axioma histórico” que pudesse ser aplicado em todos os trabalhos. Deste modo, Lacombe destacava que a interpretação científica utilizada pelos autores era o materialismo histórico, priorizando os processos socioeconômicos para a explicação histórica, relegando a ação humana a um plano totalmente infantil:

Mais materialistas que Marx, os nossos dialetas-historiadores vão às extremas da interpretação dialética e varrem da História do Brasil a influência de qualquer personalidade, qualquer corrente, qualquer fator que não seja exclusivamente mercantil. Não há nenhuma revelação de espírito, nem de arte, que não derive já não dizemos de uma base econômica, mas de um negócio (1964, p. 291).

Ao escrever um parecer que seria publicado na revista responsável pelo elogio à colonização portuguesa e à construção da memória nacional brasileira, que agora era combatida pelos autores da *História Nova*, Lacombe mencionava que a coleção apresentava afirmações políticas que visavam a despertar um falso sentimento

patriótico. Se o sentimento patriótico despertado pela *História Nova* era falso, implicitamente pode-se entender que o verdadeiro era o do instituto.

Em setembro de 1965, Nelson Werneck Sodré responderia a Américo Jacobina Lacombe por meio da *Revista Civilização Brasileira*, texto que foi integrado ao seu livro *História da História Nova*, publicado em 1986. Sodré iniciava a defesa da obra questionando a sua significância:

Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se, em "pareceres", o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Nacional do Livro Didático, etc. É muita força para tanta fraqueza. Além disso, prenderam duas edições dela, a oficial e a particular, exilaram ou prenderam os seus autores, e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante. Apresentava-se contra essa droga, finalmente, a centenária instituição do cônego Januário, em documento assinado por Wanderley Pinho, cronista dos salões da monarquia, Marcos de Mendonça, goleiro do Fluminense Futebol Clube e um certo H. Canabarro Reichardt, que deve ser pseudônimo de algum enfermo do espírito, pois, aos desmandos do relator Lacombe, fazia timbre em acrescentar xingamentos próprios (1986, p. 142).

Seguia, enfurecido, corrigindo Lacombe ao referir-se aos co-autores da *História Nova do Brasil* ainda na qualidade de estudantes, uma vez que autores com Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Pedro de Alcântara eram professores de História diplomados. Também negava que a filosofia que presidia a interpretação científica dos fatos históricos utilizada por eles era o materialismo histórico. Sodré em conclusão, deixou o seu recado:

Lacombe escreveu sua infâmia numa revista lida por trinta mil pessoas; eu lhe respondo em outra lida por cem mil pessoas. Não voltarei, pois, ao assunto. Lacombe está morto: sobrará dele o que aqui ficou registrado, e nada mais. Que repouse em paz. Triste ironia do destino, que pretendeu fazer crítica de obra científica a quem apenas estava destinado a ser encarregado de IPM! (SODRÉ, 1986, p. 147).

Nelson Werneck Sodré havia publicado sua resposta ao parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1965, porém no ano anterior, o autor havia sido interrogado a respeito da extensão das atividades didáticas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e era acusado, dentre outras coisas, de abandono de emprego no instituto, local invadido, depredado e extinto por ato

oficial. O parecer do IHGB teria sido fundamental para a proibição e perseguição dos autores da obra.

A segunda edição da *História Nova do Brasil* não ficaria impune da perseguição e também ganharia as páginas dos jornais. Com apenas dois meses em circulação, no dia 31 de maio de 1965, o jornal *Última Hora* anunciava em seu Noticiário intitulado "Repúdio Geral à Apreensão de livros", a apreensão de livros, dentre eles a segunda edição da *História Nova do Brasil*.

Maurício Martins de Mello foi chamado, no dia 26 de maio de 1965, para depor no Inquérito Policial Militar (IPM) do ISEB e desapareceu. No dia 30 do mesmo mês, Pedro de Alcântara Figueira compareceu à sede do IPM do ISEB e também desapareceu. Joel Rufino dos Santos, que havia se exilado na Bolívia e depois no Chile, ao regressar ao Brasil foi preso no dia 7 de junho de 1965 (SODRÉ, 1986).

No dia 26 de junho, o *Correio da Manhã* informava que os escritores haviam sido detidos pelo coronel Gerson de Pina, e depois transferidos ao major Cleber Bonecker, que os submeteu "a um *tratamento psicológico*", transformando-os em "verdadeiros farrapos" (SODRÉ, 1986, p. 134). Em um pedaço de papel, Joel Rufino dos Santos e Pedro de Alcântara Figueira denunciaram as agressões na prisão, que foram publicadas no *Correio da Manhã* no dia 27 de junho de 1965. Assim segue o relato de Joel Rufino dos Santos:

Desde o dia 7 de junho, quando fui preso, tem-se passado o seguinte: ao responder ao IPM do ISEB, fui insultado e meu filho pelo tenente Gustavo, daquele IPM. Dias antes, esse tenente foi à casa de minha mãe, ameaçando-a de prisão. Do IPM do ISEB fui, no mesmo dia, levado preso aos berros e palavrões (preto, comunista, cafetão, etc.). Antes de falar, recebi do major Bonecker um tapa e o aviso de que 'estava ali para dizer o que ele queria' pois "este inquérito é de homem'. Durante o interrogatório, fui ameaçado de ser mandado para a Ilha Grande, de não poder dormir, de receber ordem unida de madrugada, de ser recolhido ao xadrez da PM, onde seria violentado. Minha mulher foi ameaçada de ser demitida do emprego (estadual) por ser minha esposa (SANTOS, 1965, *apud* SODRÉ, 1986, p. 135).

Após a denúncia de Joel Rufino, seguia-se a de Pedro de Alcântara Figueira, que após ficar duas semanas em total incomunicabilidade, podia receber por apenas 30 minutos sua esposa e sua mãe, exceto jornais e revistas (SODRÉ, 1986, p. 135).

No dia 29 de junho de 1965, na página 8, conforme Nelson Werneck Sodré (1986, p. 136), o jornal *Correio da Manhã* noticiava a apreensão nas livrarias, pelos agentes do Departamento Federal de Segurança Pública do Estado de São Paulo, na tarde do dia anterior, de todos os exemplares da coleção lançados pela Editora Brasiliense. Informava também que o confisco dos livros se estenderia a todo o Estado de São Paulo. Assim, a coleção ficou apenas dois meses em circulação em decorrência de um mandado de busca e apreensão, assinado pelo coronel Gerson, expedido e entregue à Editora Brasiliense.

No dia 29 de junho de 1965, o *Correio da Manhã* publicava novo depoimento de Maurício Martins de Mello:

O clima criado pelo terror psicológico e pela total incomunicabilidade que me foi imposta, foi ativado com novas ameaças de tortura, que iam desde o *pau-de-arara* à aplicação do chamado *telefone*, além de insinuações de que seria recolhido a uma cela de presos comuns, onde seria seviciado. Moralmente e psicologicamente abatido, assenti em prestar depoimento onde minhas palavras eram deturpadas de seu verdadeiro sentido, visando a implicar-me e conseguir uma peça de acusação do professor Nelson Werneck Sodré, como 'doutrinador de marxismo e comunismo'. Coagido a declarar que "não havia sido coagido", assinei o depoimento (CORREIO DA MANHÃ, 1965, *apud* SODRÉ, 1986).

Em 6 de julho de 1965, o mesmo jornal publicava uma nota em que um oficial do I Exército desmentia as denúncias feitas pelos professores (SODRÉ, 1986). No dia 13 de agosto, após ser libertado, Maurício Martins de Mello compareceu novamente ao Inquérito Policial Militar (IPM) do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), retornando no dia seguinte para depor sobre a *História Nova do Brasil* (SODRÉ, 1986).

Considerações finais

Quarenta anos depois, em 2008, Joel Rufino dos Santos relataria no livro "*Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória*", uma de suas prisões como coautor da *História Nova*, e assim se deu o peculiar episódio:

Numa das minhas prisões (1966 ou 1967) como co-autor da *História Nova*, um jovem tenente me retirara da cela para cortar o cabelo. O barbeiro, senhor idoso, civil, quis saber a razão de eu estar ali: 'É discípulo do general Werneck Sodré', explicou o tenente. O barbeiro insistiu: 'Mas o que tem a ver?' O oficial pareceu se perturbar: 'Querem mudar toda a História'. 'Mudar como?', tornou o senhor. O tenente, já de mau humor: 'Por exemplo: escrevem que Pedro Álvares Cabral era viado'. O episódio miúdo, quase anedota, prova que na *contra-agitação* também havia simplificação, ingenuidade e radicalização. A mesma onda arrastava todos, com significados opostos. (SANTOS, 2008, p. 62, grifo do autor).

Este mesmo episódio foi publicado no dia 26 de junho de 2011, sob o título "Quando Cabral era gay", na *Folha de S. Paulo*. Após 47 anos, a *História Nova do Brasil* era apresentada como uma raridade que poderia ser encontrada em "sebos"; Joel Rufino dos Santos relatava o fato e evidenciava que a *História Nova* não fora ideia de Sodré, mas sem ele não teria existido, uma vez que os autores eram estudantes, enquanto Sodré era historiador consagrado.

Com os autores presos ou exilados e a coleção perseguida, a *História Nova do Brasil* pereceu. Ela foi, juntamente com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, um projeto politicamente derrotado assim que se instaurou o regime militar. E seus autores não conseguiram concluir a *Revolução Brasileira*.

Referências

ALCÂNTARA FIGUEIRA, P. de. História Nova: Depoimento. In: SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

ANDERSON, B. R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

A NOVA HISTÓRIA 1. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 3, 3 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640303-27258-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____ 2. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 3, 4 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640304-27259-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____ 3. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 3, 7 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640307-27262-nac-0001-999-1-not>>. Acesso: em 11 out. 2012.

_____. 4. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 3, 11 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640311-27265-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 11 out. 2012.

_____. 5. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 3, 14 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640314-27268-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: DF, 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. DECRETO Nº 34.078, DE 6 DE OUTUBRO DE 1953. *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação do Departamento Nacional de Educação e Cultura*. DF, 1953. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=165823>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, pp. 153-170, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 jan. 2013.

CAVALCANTI NETO, P. C. U. Visões impressionistas da História Nova do Brasil e suas circunstâncias, trinta anos depois... In: SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

COSTA PINTO, J. A. da. A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil. In: CUNHA, P.; CABRAL, F. (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Unesp, 2006, pp. 343-357.

DESCONTOS ATÉ 50%. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano XIII, 16 mar.1964, p. 6. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=16&mes=3&ano=1964&edicao=10&secao=2>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1988, pp. 23-37.

DOMINGUES. P. J. História Nova do Brasil: um projeto abortado da Revolução Brasileira. *Novos Rumos*, ano 19, n. 42, pp. 59-62, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2142/1769>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FERNANDES, R. C. Carta de Rubem César Fernandes ao editor. In: SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, p. 67.

FERREIRA JÚNIOR, A. História Nova do Brasil: uma filosofia da História? *Educação e Filosofia* 12 (24), pp. 143-157, jul./dez. 1998.

FOI LANÇADA A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 12, 15 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640315-27269-nac-0012-999-12-not/>>. Acesso em: 12 out. 2012.

- FREITAS, I. O livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. (orgs.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRN, 2009, pp.11-19.
- GATTI JÚNIOR, D. *A escrita escolar da História: o livro didático no ensino (1970 - 1990)*. São Paulo: Edusc; Minas Gerais: Eduf, 2004.
- GENERAL SODRÉ NÃO TEM PRISÃO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano XV, p. 3, 21 jun. 1965. Noticiário, Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=21&mes=6&ano=1965&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- GUIMARAES, L. P.; LEONZO, Nanci. A reforma de base da História Pátria: O projeto da História Nova do Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v.149, pp. 235-251, 2003.
- GUIMARÃES, L. S. M. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n 1, pp. 5-27, 1988.
- LACOMBE, A. J. História Nova. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 263, 1964, pp. 283-302.
- LOURENÇO, E. História Nova do Brasil: Revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, n. 28, pp. 385-406, 2008.
- LOVATTO, A. O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro. In: CUNHA, P.; CABRAL, F. (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Unesp, 2006, pp. 313-326.
- MELLO, M. M. de. Olha a História Nova aí, gente! In: SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, pp. 25-27.
- MENDONÇA, S. G. de L. Werneck Sodré, História Nova: Contribuição Pioneira ao ensino de História no Brasil. In: CUNHA, P.; CABRAL, F. (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006, pp. 327-342.
- _____. *A experiência da História nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 60*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP, 1990.
- OBRA DE PRIMÁRIOS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 12, 15 mar. 1964. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19640315-27269-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- PRAIA E ESPORTE. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano XIII, 16/3/1964, p. 5. Disponível em: [zttp://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=16&mes=3&ano=1964&edicao=10&secao=2](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=16&mes=3&ano=1964&edicao=10&secao=2)>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- QUANDO CABRAL ERA GAY. *Folha de S. Paulo*. Arquivo Aberto. São Paulo, p. 7, 26 jun. 2011.
- REIS, J. C. *As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REPÚDIO GERAL À APREENSÃO DE LIVROS. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano XV, 31 maio, 1965. Noticiário, p. 2. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=31&mes=5&ano=1965&edicao=1&secao=1>>. Acesso em: 15 set. 2012.

SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v.1, 1965a.

_____. *História Nova do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, v. 4, 1965b.

_____. *História Nova do Brasil*. CASES: Rio de Janeiro, v.1, 1964.

_____. *História Nova do Brasil*. CASES: Rio de Janeiro, v.3, 1964.

_____. *História Nova do Brasil*. CASES: Rio de Janeiro, v.4, 1964.

_____. *História Nova do Brasil*. CASES: Rio de Janeiro, v.7, 1964.

SANTOS, J. R. dos. *História Nova: Depoimento*. In: SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

_____. *Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SODRÉ, N. W. *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Fundamentos do Materialismo Dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.

_____. Trinta anos depois. In: SANTOS *et al.* *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, pp. 29-36.

VIEIRA, C. S. Da História Nova do Brasil à Coleção de Educação Cívica: Histórias da Divisão de Educação Extraescolar do Mec (1963-1966). XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, São Paulo, *Anais...* 2011.

Recebido em 23 de Setembro de 2015.

Aprovado em 11 de Julho de 2016.